

DIREITOS na COMUNIDADE

CENTRO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO, PARANOÁ (DF)

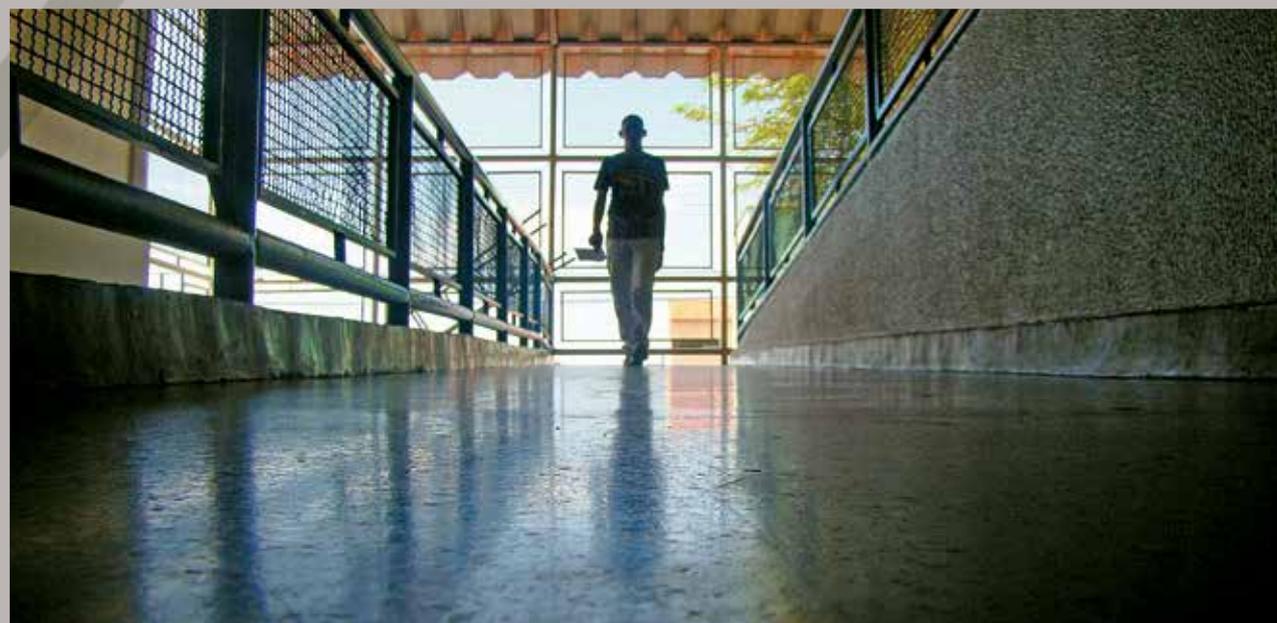


Foto: Igor Murilo Gonçalves

ESCOLA É UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO. NÃO ACEITAMOS QUE NOS CALEM!

Somos estudantes do Centro Educacional Darcy Ribeiro, no Paranoá (DF), e queremos usar este espaço para falar sobre democracia na escola, tema que consideramos fundamental em tempos de *Escola Sem Partido* e reforma do ensino médio por Medida Provisória.

Consideramos como democracia na escola o momento em que os/as alunos/as possuem voz ativa e autonomia para participar das decisões que os/as afetam e são do interesse de toda a comunidade escolar. Além disso, é também um espaço em que os/as professores/as, servidores/as, alunos/as e a direção possam participar de forma conjunta, uma vez que é extremamente necessário que no âmbito escolar todos estejam ligados. Afinal, para que se tenha uma democracia, é necessária a perspectiva de todos os segmentos.

A democracia precisa existir em todos os ambientes cotidianos, sejam eles uma sala de aula ou até um debate sobre questões internacionais. Portanto, a nossa escola ideal é baseada no diálogo, estimula o debate sobre os problemas atuais no Brasil e enfrenta as desigualdades sociais, de gênero, de raça e religiosa. A escola democrática é aquela que provoca debate sobre diversidade cultural, política, religiosa, sexual... A limitação do debate na escola nos priva do entendimento sobre como conviver com as diferenças.

Por isso, somos contra o Projeto de Lei *Escola Sem Partido*, que pretende acabar com o pensamento crítico dos

estudantes. A escola já teve partido? Uma escola inteira não pode ter apenas um partido, uma posição sobre qualquer tema que seja. Diferente disso, ela busca incentivar o pensamento crítico e a organização de entidades estudantis.

Por isso, o projeto *Escola Sem Partido* nos deixa indignados/as, pois é como se as nossas opiniões não valessem e como se nós não pudéssemos nos expressar e ser pessoas com voz e crítica.

Outro exemplo recente de proposta que visa limitar o processo democrático nas escolas é a Medida Provisória 746, que tem como objetivo a reforma do ensino médio. Como fazer uma reforma se o tema não foi amplamente debatido com nenhum segmento da comunidade escolar?

Além disso, é perceptível que o Brasil não possui estrutura suficiente para sustentar a medida provisória, uma vez que já não há condições para atender a atual demanda do ensino médio. São inúmeros os casos de adolescentes que abandonam o ensino médio ou são jogados no noturno por falta de vagas nas escolas que existem hoje. Com o ensino integral previsto pela reforma, esse quadro só vai piorar.

A democracia na escola é muito importante, pois desenvolve o senso crítico e político dos alunos. Nós não aceitamos uma escola em que os alunos não possam ter voz e não possam se expressar; uma escola em que não haja um amplo debate e que não desenvolva o entendimento sobre toda a diversidade e os aspectos humanos em geral.



ORÇAMENTO PARTICIPATIVO?

A decisão sobre como serão investidos os recursos da nossa escola, o Centro Educacional Darcy Ribeiro, aconteceu no início do ano, durante uma reunião do Conselho Escolar – formado por professores, coordenadores, servidores e, eventualmente, alguns estudantes (em 2016, participaram dois alunos). Apesar da grande necessidade de investimento em ações que estimulem a participação estudantil, esse item não está presente no documento elaborado durante a reunião do conselho, segundo o vice-diretor do Darcy Ribeiro, Francisco Augusto. Entretanto, a escola mostrou-se aberta a mudanças e disse que a presença de um grêmio em seu corpo estudantil é recente e que a escola ainda está se adaptando, mas está disponível para receber sugestões dos/as estudantes.

O QUE DIZ A LEI

Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: [...]

IV – direito de organização e participação em entidades estudantis.

Convenção sobre os Direitos da Criança

Artigo 12: 1. Os Estados Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando-se devidamente em consideração essas opiniões, em função da idade e maturidade da criança.

O QUE DIZ O MEC?

No dia 21 de outubro de 2016, nós nos reunimos com o diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação (MEC), Daniel de Aquino Ximenes, para debater sobre democracia na escola.

Logo no início, o diretor disse ser contra o Projeto de Lei conhecido como *Escola Sem Partido*. “Sempre vem à tona o debate sobre esse projeto, que é bastante complicado. Tanto o MEC quanto a Secretaria de Direitos Humanos se expressam contra. O Ministério da Educação se manifesta contrário porque nós entendemos que a formação dos alunos se dá dentro de uma pluralidade de visões”, explicou.

Quando foi questionado sobre o posicionamento do MEC com relação aos movimentos estudantis e às ocupações nas escolas, o gestor disse ser favorável aos movimentos estudantis, mas contra as ocupações. “Todos os movimentos estudantis são extremamente importantes. O que precisamos é ter essa cultura de discussão forte nas escolas. Mas ocupação é algo mais complicado, porque é um ato extremo e que cria uma série de constrangimentos para a vida escolar”, afirmou ele.

Nossa avaliação é de que o encontro foi positivo, principalmente porque o diretor do MEC deixou claro o posicionamento do órgão com relação ao projeto *Escola Sem Partido*, mas também por ele ter se disponibilizado para o diálogo.



Participantes do projeto no Centro Educacional Darcy Ribeiro: Adryelle Mendonça Batalha, Ana Carolina Vitor de Araújo, Ana Júlia Oliveira de Sá, Anna Carolina Oliveira Portela, Anny Richelly Sousa Mendes, Débora Antunes Ferreira, Eduardo Felipe Nicacio dos Santos, Fabiana Alves Pereira, Gabriela Oliveira Cunha da Silva, Gabriele dos Santos Araújo, Guilherme Wallace da Costa Nascimento, Karen Cristina Ferreira dos Santos, Leandra Dias Cordeiro Marques, Milena Vasconcellos Egler, Nathália Costa Rodrigues, Rebeca Farias de Araújo, Roney Olímpio Barbosa Júnior, Victória Dias de Oliveira.

O boletim “Direitos na Comunidade” é uma publicação desenvolvida no âmbito do projeto “Adolescentes Protagonistas”, iniciativa realizada pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), com o patrocínio da Petrobras. Esta edição é resultado da produção coletiva dos adolescentes do projeto.

Edição: Ana Flávia Flôres e Márcia Acioli. **Coordenação:** Márcia Acioli. **Comunicação:** Ana Flávia Flôres (3119/DF). **Educadora:** Thallita de Oliveira.

Estagiários: Vinícius Moreira e Caroline Lima. **Revisão:** Paulo Henrique de Castro. **Tiragem:** 1.000 exemplares.

INESC

SCS Quadra 1, Bloco L, 13º andar – cobertura, Ed. Márcia
CEP 70307-900 – Brasília/DF – Brasil – Tel.: (61) 3212.0200
E-mail: inesc@inesc.org.br – Site: www.inesc.org.br

Realização



Parceria



Patrocínio

